

Acerto com os bancos deve ter o aval dos candidatos

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Brasil não se endividará junto aos bancos privados internacionais até 1990. Não pedirá dinheiro novo em 1985, poderá precisar de uns US\$ 100 milhões a US\$ 200 milhões em 1986 e, a partir daí, até 1990, não só poderá ausentar-se mercado financeiro internacional como poderá também perder até US\$ 300 milhões ao ano em financiamentos de organismos multilaterais, e ainda assim fechará suas contas externas e ainda acumulará reservas internacionais equivalentes a quatro meses de importações em cada período.

Essa previsão não se trata de "wishfull-thinking" de algum técnico oficial, mas está incorporada à simulação feita pelo governo, datada de 20 de outubro último, e que está traçando os princípios básicos da fase três de renegociação da dívida externa brasileira. Assim, "quando o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, declarou que o País poderá prescindir de dinheiro novo dos bancos privados internacionais nos próximos quatro anos, ele estava absolutamente correto", advoga um importante assessor da Seplan, envolvido diretamente na elaboração das contas externas brasileiras até o final da década.

O ministro da Fazenda, entretanto, não estaria fechando as portas para a próxima administração que, se desejar contratar empréstimos junto aos bancos estrangeiros, poderá fazê-lo. O que o ministro está dizendo, argumentou a fonte, é que se todas as premissas utilizadas para fazer os cálculos estiverem na direção correta, o próximo governo poderá administrar o fluxo de caixa sem recorrer ao "new money". E, ainda na versão oficial, a economia teria espaços para apresentar uma média de 6,5% de crescimento do produto industrial até o final da década.

De qualquer forma, começam a surgir fortes indicações de que o acerto com os banqueiros terá de ser

abalizado pelos dois candidatos à Presidência da República, dando garantias de que não haverá ruptura do acordo firmado por este governo, conforme apurou o editor Walter Marques, deste jornal, junto à equipe de Tancredo Neves.

PREMISSAS

As premissas básicas, das quais depende o sucesso do acerto externo que está sendo armado, indicam que o comércio internacional (que apresenta performance semelhante à do crescimento da economia norte-americana) crescerá 3,8% em 1985 — o que significa uma queda na atividade econômica dos EUA em relação a este ano, quando se espera um crescimento de 5%. Em 1986, esse percentual sofrerá uma queda importante, passando para apenas 2,5% num processo de decréscimo que poderá, no segundo semestre de 1985 e tenderá a se agravar no decorrer do ano seguinte. Uma recuperação para a faixa de 3,5% está prevista para os anos posteriores até 1990 — que é o período que abarcará a renegociação do principal da dívida externa brasileira.

A Libor (taxa interbancária de Londres) — que deverá reger todos os empréstimos contraídos pelo País — está marcada em 11,5% em 85, caindo para 9,5% em média, nos anos seguintes (1986 a 1990).

Como a taxa de crescimento do comércio internacional não deixa margens para novos grandes saltos nas exportações — e a retração começa a ser sentida já, com a reestimativa do crescimento do Produto Nacional Bruto dos EUA, que no terceiro trimestre registrou um aumento de apenas 1,9% ante 2,7% esperados —, as estimativas oficiais falam em um superávit comercial de US\$ 12,2 bilhões em 85 e na faixa de US\$ 13 bilhões nos anos posteriores, desde que os preços reais do petróleo não se elevem em 1986 e cresçam 22% por ano de 1987 a 1990.

A trajetória do déficit em transações correntes, montada para esses seis anos, é de US\$ 2,8 bilhões em 1985,

já que a balança de serviços seria deficitária em US\$ 15 bilhões, caindo gradativamente para menos de US\$ 2 bilhões ao final da década. Essa cifra pode ser perfeitamente financiada com recursos ingressados sob forma de investimentos diretos, financiamentos do Banco Mundial, Eximbank, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais de crédito.

Assim, garante a fonte, "não há razão para aumentar o endividamento junto aos bancos credores". Mas não haverá nenhum tipo de compromisso deste governo em não tomar dinheiro novo nos próximos seis anos, na armação da fase três de renegociação da dívida externa. Mesmo em 1985, se o futuro governo quiser ir ao mercado para contratar novos recursos, nada impede que ele o faça.

"Pedir não ofende", sustentou a fonte.

CRÉDITO COMERCIAL

Em contrapartida, o governo quer que os bancos prorroguem as cartas-compromissos dos projetos 3 e 4, de linhas de crédito comerciais e depósitos interbancários que vencem em 20 de janeiro. Hoje, as linhas de crédito comerciais somam US\$ 10 bilhões e a intenção dos negociadores brasileiros é vê-las crescer de 10 a 15% no próximo ano. O ministro da Fazenda garantiu ontem que houve — no primeiro contato travado com o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, nos dias 14 e 15 últimos — uma "reação extremamente favorável dos bancos para aceitação, em princípio, da prorrogação dos compromissos em relação a esses projetos".